



CRISE NA EDUCAÇÃO

Pastores estavam no MEC só para “orar”

Presidente do FNDE diz ter participado de agendas com Gilmar Santos e Arilton Moura, mas não liberou verba a pedido deles

» MARIA EDUARDA CARDIM

Pedro França/Agência Senado



Em depoimento, ontem, na Comissão de Educação do Senado, o presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), Marcelo Lopes da Ponte, negou, o envolvimento em corrupção na liberação de recursos para municípios. Mas confirmou que participou de quatro agendas com os pastores Gilmar Santos e Arilton Moura, suspeitos de integrarem um gabinete paralelo, no Ministério da Educação para a arrecadação de propina, sobre o qual o ex-ministro Milton Ribeiro tinha conhecimento.

Ligado ao ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira — foi assessor do cacique do Centrão —, Ponte admitiu que conheceu Gilmar e Arilton durante agendas do MEC. Indagado sobre a função dos dois pastores nas reuniões das quais participou, o presidente do FNDE disse que eram apenas fazer “alguma fala” ou “oração”.

Ponte afirmou que não encontrou com prefeitos a pedido de Gilmar e Arilton. Garantiu, ainda, que foram suspensos preventivamente os repasses do FNDE aos municípios citados nas denúncias sobre a cobrança de propina, pela dupla, para a liberação dos recursos.

Na última terça-feira, a Comissão de Educação ouviu cinco prefeitos que teriam sido procurados pelos pastores, e três confirmaram que receberam pedido de propina. Mesmo assim, Ponte atestou a honestidade do ex-ministro da Educação.

“Tem a minha mais elevada estima. Acredito na conduta dele e na postura que ele teve frente ao

Ponte caiu em contradição sobre a redução do valor dos ônibus escolares, que teriam sobrepreço de mais de R\$ 700 milhões

Ministério da Educação. Acredito que terceiros usaram o nome dele, e o meu, eventualmente, para se gabaritar ou fazer lobby sem a nossa autorização”, afirmou.

Desmentido

Ponte, porém, caiu em contradição quando indagado sobre a licitação para a compra de ônibus escolares — com sobrepreço de R\$ 732 milhões. Ele disse aos senadores que o pregão seguiu todas as recomendações da Controladoria-Geral da União (CGU).

Tentou negar, também, que o governo recuou e reduziu as cotas dos veículos apenas na véspera do leilão.

“Seguimos todas as recomendações da CGU e seguimos acatando as determinações de controle, em especial o TCU (Tribunal de Contas da União) e a CGU, assegurando, desta forma, a lisura de todos os nossos processos”, observou.

Porém, o FNDE atropelou as orientações dos órgãos de controle e da própria área técnica, que apontaram risco de

sobrepreço nos valores dos ônibus. Documentos mostram que valor inicial sugerido para as aquisições era de R\$ 1,3 bilhão. A equipe do diretor de Ações Educacionais do Fundo, Garigham Amarante — indicado pelo presidente do PL, Valdemar Costa Neto —, apresentou uma estimativa de preços de R\$ 2,082 bilhões para o pregão.

Após alertas da CGU, a metodologia de cálculo foi refeita, mas o cenário pouco se alterou. O valor máximo da licitação passou para R\$ 2,045 bilhões e foi

liberado em 18 de março.

O senador Alessandro Vieira (PSDB-SE) questionou o presidente do FNDE sobre as alterações nos valores do leilão. Ponte alegou que o ajuste para reduzir os valores do pregão havia sido feito antes de o caso vir a público. “A republicação já foi com R\$ 1,5 bi também. Salvo engano, 24 ou 25 de março, oito dias antes do pregão, que ocorreu na terça-feira”, assegurou.

O processo administrativo do próprio Fundo, no entanto, aponta que a alteração ocorreu

» Criação de CPI por uma assinatura

O senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) afirmou, ontem, já ter conseguido reunir 26 das 27 assinaturas necessárias para instalar uma CPI que investigue o suposto escândalo de tráfico de influência e cobrança de propina do gabinete paralelo dos pastores Gilmar Santos e Arilton Moura. Porém, o presidente da Comissão de Educação, Marcelo Castro (MDB-TO), ainda não assinou a relação — apesar de, pelas redes sociais, se manifestar favoravelmente à comissão de inquérito. Os governistas já estão agindo para que assinaturas sejam retiradas do requerimento: o ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira, procurou senadores para tentar impedir que se consiga os apoios necessários à formação do colegiado.

apenas na véspera da licitação dos ônibus, em 4 de abril. “O preço foi reduzido dos R\$ 2 bilhões que o senador Alessandro falou para R\$ 1,5 bilhão. Sabe quando? Na véspera do pregão”, cobrou o senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), apontando a contradição na explicação de Ponte.

Por causa da mudança de última hora, o preço total para a aquisição dos veículos caiu R\$ 510 milhões. Mesmo assim, o TCU decidiu embargar o resultado do pregão. (Com Agência Estado)

VIOLÊNCIA SEXUAL

Polícia lacra gabinete de vereador acusado de estupro

» GABRIELA BERNARDES*

O gabinete do vereador Gabriel Monteiro (PL), que está sendo investigado pelos crimes de assédio sexual e estupro, foi lacrado, ontem, depois que uma operação da Polícia Civil do Rio de Janeiro cumpriu mandados de busca e apreensão no escritório do parlamentar, na Câmara Municipal, e em endereços de pessoas ligadas a ele. Foram recolhidos documentos e computadores.

A operação foi desfechada depois que seis pessoas, assessores e ex-assessores de Gabriel, afirmaram que ele sabia da idade da garota cujo vídeo mantendo relações sexuais circulou pelas redes sociais. O vereador garante que o ato foi consentido.

Segundo os depoimentos para o inquérito sobre o vídeo da relação sexual, era comum vê-lo com várias menores em casa. Uma delas, inclusive, chegava no local vestida com uniforme de escola e era chamada por ele de “novinha” e “bebê”.

Mesmo com as negativas do vereador, as investigações mostram que ele se relacionava, há mais de 10 meses, com a menor e que ela tinha o hábito de ir à casa de Monteiro depois do colégio. Ele acusou ex-funcionários de vazarem os vídeos e disse que cinco HDs externos e

quatro cartões de memória foram roubados.

Os agentes cumpriram o mandado na casa de Monteiro, em um condomínio de luxo na Barra da Tijuca, no gabinete do parlamentar na Câmara e outros nove endereços. O mandado foi expedido pelo juiz Guilherme Grandmasson Ferreira Chaves, do plano judicial, a pedido do delegado Luís Armond, da 42ª DP. Na casa do parlamentar, foram apreendidos documentos e armas. O magistrado determinou, ainda, a quebra de dados do material apreendido.

Orgias

Um dos depoimentos mais contundentes contra Monteiro foi o do auxiliar de gabinete Fábio Neder, que trabalhou com o vereador por 10 meses. Conforme relatou, o trabalho que deveria ser feito no gabinete da Câmara, que fica na Cinelândia, no Centro do Rio, era feito na residência dele. Lá, os funcionários trabalhavam todos os dias em uma rotina de publicações para os canais do parlamentar nas redes sociais.

Nos fins de semana, ainda segundo Neder, os funcionários passavam madrugadas em festas e alguns chegavam a dormir na casa de Monteiro. O ex-auxiliar afirmou que o

Reginaldo Pimenta/Estadão Conteúdo



Segundo ex-assessores, Monteiro se relacionava com menores e exibia os vídeos que fazia

vereador costuma se relacionar com garotas de até 18 anos na frente de outras pessoas.

De acordo com Neder, os atos sexuais eram filmados pelo próprio vereador, e armazenados no celular e nos HDs que guardava dentro de um cofre, no quarto de

dormir. Isso foi confirmado pelo ex-assessor de mídia de Monteiro, Mateus Souza de Oliveira.

O vereador compareceu à delegacia, depois da operação, para prestar depoimento. Mas, em 28 de março, ele procurou a 42ª DP para registrar o vazamento do

vídeo com adolescente de 15 anos. Nesse episódio, afirmou que não sabia a verdadeira idade da jovem e a gravação foi permitida — o que ela confirmou à polícia.

*Estagiária sob a supervisão de Fabio Grecchi

Ações apuram ligações de Lessa

A Corregedoria da Polícia Militar e a Delegacia de Homicídios do Rio de Janeiro cumpriu, ontem, uma série de mandados de busca e apreensão nas casas de policiais ligados a Ronnie Lessa. Ele está preso sob a acusação de ter matado a vereadora Marielle Franco e o motorista, Anderson Gomes, em março de 2018.

Segundo a Secretaria de Estado de Polícia Militar, durante o inquérito do assassinato da vereadora foram descobertos outros crimes, que levaram às operações — que não fazem parte da investigação do assassinato. “É um desdobramento do inquérito que investiga a morte da vereadora Marielle Franco e seu motorista Anderson Gomes. A diligência não corresponde à elucidação do crime principal, e, sim, de crimes identificados ao longo do processo”, afirmou a Secretaria de Segurança.

Ao todo, foram cumpridos 21 mandados. Os policiais apreenderam armas, computadores, dinheiro e celulares nos endereços investigados. Os investigados atuavam com Lessa na venda de armas, drogas e máquinas caça-níqueis. (GB)